

■ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

■ (Re) pensando a educação antirracista a partir de um livro didático

 Jardel Delgado Marques*

Resumo: Para essa discussão, cuja temática é a educação antirracista, analiso um livro didático de Língua Portuguesa adotado pela rede municipal de educação de Valença/RJ, onde cito algumas atividades (referenciando as páginas no livro) utilizando como base teórica alguns autores estudiosos do tema. Neste artigo apresento exemplos factíveis para sala de aula em questão, refletindo sobre a linguagem interdita presente no livro analisado cujo teor demonstra aspectos que podem contribuir direta ou indiretamente para a reprodução de ideias historicamente constituída de hegemonia branca. O artigo faz reflexões que buscam oferecer o traçado de estratégias educacionais relacionadas com as experiências das/dos alunas/alunos do contexto escolar em que atuei no ano de 2019. Assim, propõe-se um diálogo com pensadores da temática antirracista no campo educacional e outros autores que estudam os livros didáticos e os programas de sua seleção prévia, a fim de embasar as considerações acerca da promoção de uma educação antirracista, fornecendo poderosos subsídios para romper com paradigmas ditados sob a égide eurocentral, patriarcal e elitista. Longe de trazer uma narrativa que vitimize a população negra, ainda são apresentadas algumas críticas acerca do referido material didático, sugerindo alternativas reflexivas e problematizadoras sobre sua utilização de forma mais inclusiva e plural. O livro não deve ser protagonista da sala de aula, nem servir a interesses hegemônicos, mas precisa ser problematizado.

Palavras-chave: Educação antirracista. Livro didático. Práxis pedagógica.

* Administrador, licenciando em Pedagogia (UNIRIO/CEDERJ), pós-graduado em Docência no Ensino Superior e Psicometria, pós-graduando em Temas e Perspectivas Contemporâneas de Educação e Ensino (CEFET/RJ- campus Valença). Contato: jardeldelgado.rj@gmail.com.

Introdução

A escola, algumas/alguns professoras/professores e o Estado atribuem grande importância ao livro didático, já que o material além de trazer conteúdos que devem ser trabalhados durante o ano letivo, também oferecer sugestões de atividades para facilitar o trabalho docente.

O livro didático, na maioria das escolas públicas, é distribuído pelo governo como forma de apresentar o conteúdo oficial a todo o país e, embora algumas/alguns professoras/professores estejam envolvidos na sua seleção, ainda assim é enviado para as escolas sem levar em conta a realidade que permeia as mesmas.

Ainda que os novos materiais precisem estar atentos ao descrito pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à prática cidadã na escola, alguns trechos dos livros didáticos ainda escapam das/dos autoras/autores e são despercebidos pelas/pelos docentes, que acabam por seguir o livro como um manual compilado que dita o currículo escolar. Fora isso, alguns órgãos externos e não ligados à educação oferecem auxílio na escolha e elaboração desses materiais enviados às Unidades escolares.

Os livros didáticos se configuram não apenas como instrumento de justiça social para o estudante, mas também para subsidiar o professor na prática pedagógica em sala de aula, ao oferecer uma variedade de conteúdos, atividades pedagógicas, estudo de variados textos, das diversas áreas do conhecimento, dentre outros itens. Como evidência dessa ideia de suporte educacional, órgãos internacionais com influência direta na política interna do país, como, por exemplo, o Banco Mundial, apontam o uso de livros didáticos para países como o Brasil como ferramentas que direcionam o trabalho dos professores. (XAVIER, TOLEDO E CARDOSO, 2020, p. 190)

Assim, conforme aponta Xavier, Toledo e Cardoso (2020), os livros didáticos são, muitas vezes, tidos como o material a guiar a prática pedagógica, conseqüentemente, as/os professoras/professores e a própria escola se veem reféns do que é encaminhado pelo governo.

Desse modo, o livro didático vem ocupando um papel equivocado de protagonista dentro da sala de aula, quando a/o professora/professor o utiliza sem propor uma análise crítica das atividades e dos textos ali dispostos. Em outras ocasiões, ele serve para reproduzir e normatizar o conteúdo oficial, facilitando que as propostas de avaliações impostas pelo governo sejam cumpridas.

Os livros didáticos são produtos culturais de alto grau de complexidade, não devendo ser adquiridos apenas com base em pontos de vista normativos, pois,

dessa forma, a sua produção não estará relacionada às múltiplas possibilidades de ensino. É preciso que se considere o efeito das ações de avaliação implementadas pelo Ministério da Educação a partir de uma premissa homogênea.

Com isso, a maioria dos livros didáticos segue um mesmo roteiro: abrem o capítulo com algum texto, traz algumas atividades teorizadas, sugerem algumas intervenções da/do professora/professor e finalizam o capítulo com mais algumas atividades objetivas.

Logo, fica evidente que o material serve de controle do Estado, porque visa propor um aprendizado que esteja alinhado com as futuras provas externas que as/os alunas/alunos terão que realizar. Já os assuntos abordados, seguem também essa lógica e visam tratar os assuntos de forma teórica e sem muitas associações com o contexto real das/dos alunas/alunos.

Ainda conforme salienta Xavier, Toledo e Cardoso (2020, p. 198), “ao mesmo tempo em que o livro pode ser considerado suporte para o trabalho do professor, ele também pode se apresentar como mais um obstáculo a ser superado no trabalho docente diário”, quando as questões e abordagens trazidas pelo material não estão em acordo com a realidade presente na sala de aula, ou ainda quando as problematizações não visam transformar o difícil cotidiano das/dos alunas/alunos.

A partir das ponderações de Azoilda Loretto da Trindade (1994), em sua dissertação de mestrado, fica evidente que esse problema, dos assuntos sugeridos para serem trabalhados na escola, já é recorrente no cenário educacional brasileiro, sendo compreendido pela autora como modo velado e estrutural de divulgar uma lógica dominante quando,

[...] os textos escolares, ou os livros que estão nas salas de aula, são impregnados, na sua maioria, de racismo, quer pela omissão dos índios e negros, quer pela inferiorização dos diversos brancos. Índios e negros são abordados como pertencentes ao passado, negros como não tendo famílias e índios como sendo ‘selvagens’. (TRINDADE, 1994, p.81)

É possível afirmar que o racismo está presente na escola há muito tempo, uma vez que, desde a fundação da escola brasileira, há uma clara distinção dos conteúdos abordados e do público-alvo a ser oferecido, revelando uma face dicotômica da educação. Um fato que a BNCC tem se demonstrado muito atenta, ainda que necessite de um aporte maior às/aos professoras/professores é a busca por ampliar as visões e perspectivas inclusivas destes profissionais acerca da abordagem e estudos sobre os povos marginalizados ao longo da

história da educação brasileira.

Saviani (2007, p. 155), um importante nome dentro do estudo da educação brasileira e suas nuances, aponta que: “com a divisão dos homens em classes, a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada”.

Cabe ainda exemplificar que a história da educação brasileira é marcada pelo atraso na acolhida de povos negros e indígenas na educação básica, identificando que essa simples acolhida não tornou a pedagogia brasileira menos racista, pelo contrário, ela revela que o Brasil é marcado por um racismo de base histórica e que é refletido nas práticas docentes e materiais didáticos adotados também na atualidade.

Como aponta Munanga (2005, p. 15), “nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos”.

Logo, os livros didáticos continuam sendo incoerentes em alguns pontos: quando demonstram a ausência de uma visão crítica por parte das/dos autoras/autores, quando não são capazes de dialogar com a realidade de cada escola ou ainda quando são utilizados pelas/pelos professoras/professores de forma majoritária e sem a problematização das questões ali apresentadas.

Bichara (2020) reforça a noção de que os livros didáticos que são avaliados e escolhidos necessitam atender algumas premissas básicas em acordo com o que se almeja para a educação brasileira.

Para ser aprovado no processo de avaliação do PNLD, um livro didático- de todas as disciplinas escolares presentes na educação básica -precisaria desenvolver uma cidadania coerente com certas expectativas diante da possibilidade de consolidação do regime democrático no Brasil. (BICHARA, 2020, p. 204)

Nesse contexto e com esses questionamentos acerca da história da educação brasileira, neste relato busco apresentar um livro didático de Língua Portuguesa que foi utilizado pela rede municipal de educação em que atuo como monitor de inclusão no período de 2017 a 2019, e ainda apresento algumas reflexões acerca da sua aplicabilidade, bem como exemplifico formas mais significativas da utilização desse livro de forma mais atenta à realidade das/dos alunas/alunos.

Para isso, recorro às palavras do professor e filósofo Renato Noguera (2012), que discute muito bem a ideia da transformação pedagógica, utilizando a

recomendação de denegrir a educação formal. A esse conceito, ele pontua que:

a ideia de denegrir a educação pode ser descrita como um esforço de revitalizar as perspectivas esquecidas, problematizando os cânones, refazendo e ampliando currículos, repensando os exames e as tramas que colocam um suposto saber estabelecido como regra e norma (NOGUERA, 2012, p. 71)

Assim, a educação brasileira ainda não aborda com eficácia, a perspectiva negra, uma vez que ainda trata o negro de forma exótica e associada apenas à escravidão, dificultando o seu acesso aos espaços educacionais.

Um pouco sobre o material didático

O livro pertence à coleção Linguagens da Editora Saraiva, é de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães e é a sua 9ª edição. Ele foi utilizado pela rede municipal de Valença nos anos de 2017 a 2019, para os anos finais do Ensino Fundamental. Em 2019, pude ter um maior contato com o livro do 6º ano, uma vez que atuei como Monitor de Inclusão nessa turma e tive a chance de folhear as páginas desse material e acompanhar algumas/alguns alunas/alunos na execução das tarefas nele propostas.

Para essa discussão, cuja temática é a educação antirracista, apresento a capa, cito algumas atividades (referenciando as páginas no livro), utilizo citações de alguns autores acerca desse tema para ratificar a ideia aqui defendida e busco trazer exemplos factíveis para sala de aula em questão.

Percebe-se logo na capa que a figura de um aluno negro aparece ao fundo, desfocada e cortada, o que já pode ser uma questão a ser problematizada. Ao abrir o livro e passear pelos seus textos e conteúdos, também se percebe que não há textos de autoras/autores negras/negros. A maioria dos textos são charges, anúncios publicitários, tirinhas e algumas crônicas de autores brancos. A esse fato percebo como a utilização do livro não é coerente com a realidade das salas de aula das escolas públicas da cidade de Valença/RJ, uma vez que a maior parte das/dos alunas/alunos são negras/negros ou pardas/pardos e moradores da periferia, não possuem muito contato com a linguagem rebuscada e fantasiosa que o livro traz em alguns contos e crônicas.

Analisando esse livro, foi possível ainda contabilizar que aparecem apenas três imagens retratando pessoas negras: a primeira imagem aparece na página 186 com uma menina negra manuseando um computador; a outra imagem está na página 238 com um bebê negro

de costas e serve para ilustrar um texto com a temática infantil e a última imagem está na página 252 com um menino negro provavelmente apresentando o seu trabalho na sala de aula. As demais recorrências são de figuras ou desenhos de pessoas negras, como na página 110, que traz um recorte de uma história em quadrinhos de Ziraldo e que retrata um pedreiro negro dialogando com os demais personagens da história.

Ainda que pensem que os exemplos citados até aqui sejam subjetivos demais ou que “vitimize” a população negra, pode-se asseverar que, para as/os alunas/alunos, as imagens dizem muita coisa e servem para orientar a leitura do material didático. Portanto, quando não há muitas ocorrências de personagens e pessoas negras, elas/eles não se sentem representadas/representados, confirmando valores que impregnam a realidade do Brasil desde épocas coloniais, na qual a figura do negro se torna esquecida ou estereotipada.

Como ratifica Oliveira (2017, p. 16), “a colonialidade manifesta-se de diversas formas nesses livros, desde a manutenção da objetivação dos povos africanos escravizados no Brasil até os modos eurocentrados de fazer história e de eleger/selecionar o que é literatura”.

Diante disso, pode-se dizer que a escolha dos conteúdos, da didática e do currículo obedecem a uma norma que ainda segue padrões elitistas e europeus, em detrimento a uma prática verdadeiramente significativa e atenta à realidade de cada sala de aula.

Ao não problematizar a questão racial a escola contribui para manter a percepção errônea da sociedade brasileira, difundindo a imagem da “democracia racial”, ou propiciando condições para que a cultura escolar reproduza, por meio do racismo institucionalizado, os preconceitos raciais. (JORGE, 2016, p. 94)

Ao apresentar a capa do livro didático e as recorrências de figuras negras ao longo do material, o que fica subentendido são as práticas elitistas que ainda permanecem e que compõem o imaginário coletivo, mas também as ideias de quem elabora este tipo de recurso pedagógico para as escolas brasileiras. Vale afirmar, sobretudo, que esse livro foi escolhido para ser utilizado durante três anos na rede de educação de uma cidade de interior, lugar que ainda traz profundos traços da colonização e patriarcado. Logo, tal fato colabora para demonstrar que o livro contribui direta ou indiretamente com a reprodução da hegemonia branca, historicamente constituída não condizente com a realidade da sala de aula: maioria negra ou parda, pobres e moradores de periferia.

Buscando referência em Nilma Lino Gomes (2005,

p. 146), fica evidente que “a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira”.

No livro analisado aqui, a maioria dos textos não traz nem a literatura africana tampouco a de autoria de escritores brasileiros negros, tais como: Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Elizandra Souza, dentre outros que produziram textos riquíssimos e que poderiam compor esse material didático. A partir da capa e das poucas imagens negras, o livro já demonstra que não se preocupa em problematizar a questão da diferença, e isso se torna mais evidente, quando os textos não apresentam outras nuances da vasta cultura brasileira.

Enfim, uma aula pode conter profundos traços racistas ao utilizar o livro didático como principal recurso de aprendizagem e deixando de considerar a realidade e experiências de cada estudante. Faz-se necessário tecer novas ideias, com abordagens e ações concretas que rompam com paradigmas impostos hegemonicamente e possam ir ao encontro da promoção de uma educação justa, igualitária e plural.

Tecendo novas abordagens

A Unidade 1 é dedicada à apresentação, leitura e interpretação de Contos Maravilhosos. Contudo, não é apresentado nenhum texto de origem africana ou indígena, mesmo que um dos tópicos abordados sejam as lendas. Nesse tópico, o livro se retém a apresentar apenas aqueles clássicos contos de fadas que já estamos cansados de conhecer. Nessa Unidade ainda aparecem as seguintes propostas: interpretação do texto “As três Penas”, de Jacob Grimm; produção de um texto a partir de um conto de fadas, no qual são sugeridas as clássicas personagens de princesa, príncipe e bruxa má.

Na abertura da Unidade 1 são colocadas algumas sugestões de filmes, como na página 11 que é sugerido o filme “A princesa e o sapo” dos estúdios Walt Disney. Todavia, apesar de trazer uma personagem principal negra, Tiana não é uma clássica princesa Disney, uma vez que ela precisa trabalhar duro num restaurante para se sustentar, o que não é comum nas demais princesas dos clássicos contos de fadas. O filme ainda aborda questões de magia negra que podem ser associadas com a Umbanda e o Candomblé, religiões de matriz africana. Com isso, as atividades se tornaram desestimulantes para a turma, que por sua vez só realiza o que era pedido e não ia além do que estava contido no livro. Seria viável apresentar o filme exemplificado

no livro, mas não ficar apenas na sua simples exibição, mas correlacionar com fatos míticos e religiosos. Com isso, a aula seria muito mais interessante e factível. A produção textual também poderia problematizar questões que envolvessem temas sociais que fazem parte do dia a dia dessas/desses alunas/alunos.

No capítulo 2 da Unidade 2, é apresentado um texto de autoria de Karen Levine, cujo título é “Entre irmãos”. Conta-se a história de duas crianças judias que sofreram o os horrores da Segunda Guerra Mundial. Apesar de ser um tema muito interessante, pois também envolve uma questão de massacre populacional em prol de um ideal de pureza, poderia se pensar em trabalhar um texto que apresentasse algo do Brasil, que trouxessem os fatos do preconceito racial que assolam o Brasil há muito tempo e que, com certeza, dialogariam melhor com as experiências das/dos alunas/alunos. Como sugestão, pode-se pensar em apresentar às/aos alunas/alunos algum texto de Lima Barreto, que possui uma escrita de fácil entendimento e que está atenta ao contexto social brasileiro, a turma ainda poderia ser dividida em grupos para um debate e posterior produção de cartazes com temas de combate ao preconceito.

Na Unidade 3, capítulo 1, são propostos o texto “Banhos de mar” de Clarice Lispector e, em seguida, algumas questões que buscam interpretá-lo. Durante a execução das atividades propostas, percebi que as/os alunas/alunos apresentavam muitas dificuldades na compreensão do texto, uma vez que a maioria não se identificava com a história e não compreendia o estilo literário de Clarice, que possui uma escrita recheada de detalhes e lembranças epifânicas. Como sugestão, poderia se pensar em trazer algum texto de Conceição Evaristo, que aborda temas mais atuais e recorrentes com uma linguagem mais fácil. Um texto muito interessante seria “Maria” que faz parte da obra “Olhos d’água”, da referida autora, e que conta o drama de uma empregada doméstica voltando para casa de ônibus, após um dia cansativo e que se sentia explorada e maltratada pelos patrões. É sabido que muitas mães de alunas/alunos a turma são empregadas domésticas, poderia ser proposta uma atividade que visassem conhecer melhor o trabalho que desempenham, com suas dificuldades diárias, a fim de que todas/todos alunas/alunos valorizassem a função dessas mulheres.

O tema central da Unidade 2 são as histórias em quadrinhos, mas, em nenhum momento é citada a personagem Milena de Maurício de Souza, uma menina negra que adora os animais e foi criada recentemente pelo cartunista brasileiro. Além de Milena, Maurício também já desenhou outros personagens negros tais

como Jeremias e Pelezinho. Porém, nenhum dos dois é mostrado na Unidade do livro. O único personagem negro apresentado nessa unidade é um pedreiro que está na página 110, dentro de uma história em quadrinhos criada por Ziraldo, como já foi mencionado aqui. Nas produções textuais da turma, seria interessante abordar essa questão e pedir para que as/os alunas/alunos observassem fatos e atitudes do seus cotidianos e, após essa observação, a/o professora/professor problematizasse essas visões, rompendo estereótipos e dialogando com a realidade de cada uma/um. É importante ainda questionar a turma o porquê da não recorrência de personagens negros nas histórias em quadrinhos e, a partir da resposta, delas/deles propor algum trabalho que rompesse esse paradigma, transformando a visão de mundo das/dos alunas/alunos.

Outra sugestão que pode ser elencada, está na página 165, que traz o livro “Diário de Anne Frank”. O exemplo é citado dentro do contexto da Unidade 3, que tem como temática, o estudo dos diários e relatos pessoais. Dessa forma, também seria factível apresentar o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, pois a forma de escrever da autora e os temas que ela apresenta são mais próximos da realidade da periferia brasileira, tais como: violência, drogas e dificuldades financeiras. Com tudo isso, o livro brasileiro seria muito mais interessante à turma do que a história de Anne Frank e sua família, pois a história narrada pela pequena judia necessita de um conhecimento histórico mais aprofundado e que as/os alunas/alunos ainda não possuem devido a fase de ensino em que se encontram. Mesmo assim, o livro pode ser apresentado, alguns trechos lidos para se ter uma ideia do conteúdo que a unidade se propõe a oferecer. A única ressalva que faço é no que se refere ao conteúdo do “Diário de Anne Frank” ser menos próximo dos dramas vivenciados pelas/pelas alunas/alunos e o livro de Carolina Maria de Jesus ser mais interessante por trazer coisas que podem perceber no dia a dia.

A partir desses exemplos, percebe-se como o ensino vai se desenrolando de forma a não considerar a realidade local e a vivência dos alunos. As/Os professoras/professores, muitas vezes fadigadas/fadigados com a carga horária, se veem reféns do material didático, corroborando para práticas excludentes, sem nem mesmo terem consciência disso.

Mesmo com todas as abordagens sinalizadas até aqui, a proposta curricular não se torna antirracista apenas por seguir essas dicas. É preciso que se tenha um olhar problematizador por parte da/do professora/professor, de forma a não deixar que interesses

dominantes adentrem a sala de aula ou ainda que ditames legais proponham um ensino apático, utilizando a falácia tese da neutralidade pedagógica. Por tudo isso, a educação necessita estar em constante movimento e buscar por ideais mais inclusivos e antirracistas, pois influencia diretamente a sociedade. Para que essa alternativa seja implementada com sucesso, a formação continuada da/do docente deve ser algo a ser estimulado pelas redes de ensino.

(Re)pensando a educação antirracista

Quando se pensa e se afirma que a diferença aparece na sala de aula, muitas vezes é feito uma tentativa de homogeneizar o pensamento e a conduta dos alunos, desconsiderando sua subjetividade. Assim, desde a escolha do livro didático, precisa ser pensado a desmistificação da ideia de que os conteúdos são neutros e que todos os alunos são iguais. Isso envolver pensar na diferença como uma riqueza a ser destacada e não escondida, fato que se torna a grande incitação dos novos tempos e desse texto.

De acordo com Bichara (2020), as normas especificadas pelo PNLD devem ser cuidadosamente verificadas, a fim de apresentar livros didáticos verdadeiramente autênticos e que busquem um ensino cidadão e significativo, desmistificando a figura dos negros e índios.

É preciso pensar também que os corpos negros, quando são apresentados nos livros didáticos, aparecem, em sua maioria na disciplina de História ou Geografia e estão relacionados ao episódio da escravidão ou, estritamente, ao continente africano. Contudo, ele não é problematizado e apresentado da forma como deveria ser. Os corpos negros e a fala negra precisam aparecer e confirmar a necessidade da promoção de uma democracia racial que seja autêntica e não apenas um discurso comovente.

Retomando o conceito de denegrir a educação, apresentado por Noguera (2012), as práticas educativas devem ser democráticas e dialógicas, propondo reacomodações nas relações de poder que se manifestam no cenário escolar, de forma a estabelecer novas alternativas de aprendizado e o rompimento com aqueles limites que visam puramente classificar e rotular as/os alunas/alunos.

Segundo Noguera (2012, p. 69), “denegrir a educação pode significar um exercício intercultural, uma revitalização existencial aberta à pluriversalidade”, ou seja, o conceito deixa de assumir uma versão pejorativa ou superficial, para que obtenha um sentido mais amplo, conforme apresenta Noguera (2012) em seu ensaio.

A partir desse pensamento, os livros didáticos precisam ser escolhidos de forma a visar o alcance desses objetivos e a valorização e reconhecimento das diferenças no trato escolar, caso contrário a teoria e a prática serão desconexas e continuarão com os ideais racistas e elitistas. Para isso, é preciso também desenvolver esse sentido nas/nos professoras/professores que lidam com o material didático no dia a dia.

Conforme assevera Trindade (1994, p. 82). “pior do que os livros e textos serem racistas, é o fato de continuarem sendo veiculados; a escola parece não absorver as questões, as críticas, os alertas e assim tudo continua acontecendo”. Tal afirmação nos coloca numa posição de alerta crítica, na busca por mudanças profundas na forma de ensinar, na forma de avaliar e na própria forma de encarar a sala de aula, com todas as suas diferenças.

Conforme também pontua Djamila Ribeiro (2018), um importante nome no ativismo negro no Brasil, “passou da hora de as pessoas brancas realmente se posicionarem contra o racismo no Brasil. Elas não podem mais se comportar como sinhás e senhores contemporâneos” (RIBEIRO, 2018, p. 106).

Além disso, vale pensar que a questão da defesa dos direitos às pessoas negras não deve ser considerado apenas pelo povo negro, mas precisa perpassar todos os grupos sociais, inclusive os brancos, que possuem uma grande dívida, advinda da escravidão. Segundo as autoras, o preconceito contra o povo negro tem sido banalizado e tratado de maneira seletiva e naturalizada. A morte de povos negros tem estampado manchetes de jornais, contudo, não são tratadas como caso de Estado, pois as políticas públicas ainda são muito ineficientes nesse quesito.

Sobretudo, ao problematizar a questão étnico-racial na escola, a partir de um livro didático, esse fato não deve ser encarado como um sinônimo de banalização ou discurso vitimista, mas precisa ser visto como uma maneira sorrateira do preconceito racial ser instaurado na escola. O preconceito racial existe no Brasil de forma estrutural e velada e, por isso, os olhos precisam estar bem atentos para perceber esses atos em nosso meio.

Para confirmar o que foi descrito nesse trabalho, é preciso refletir que, desacomodados de representatividade e diálogo com a sua própria realidade, muitas/muitos estudantes desistem da escola, tornando-se alvo fácil da vida marginalizada, às vezes miserável. A esse fato, atribui-se o insucesso das práticas escolares, que foram desmotivantes e que não possibilitaram melhorias de vida.

O resgate da memória coletiva e da história da

comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Como reforça Munanga (2005), as práticas escolares necessitam ser pautadas no antirracismo e no combate a conteúdos que depreciam as culturas africanas, pois há um dever histórico a se cumprir com os negros africanos que foram escravizados em terras brasileiras, fornecendo uma base teórica significativa e autêntica para formar alunas e alunos com senso de cidadania. Percebe-se, a partir da data dessa citação, como essa luta tem percorrido o sistema brasileiro e ainda encontra muitos entraves ideológicos e discriminatórios.

Considerações finais

Torna-se crucial que se levante a necessidade de questionar o material didático de forma crítica a fim de saber se, durante a prática educativa, estamos sendo conduzidos na formação de nossas/nossos alunas/alunos de modo livre e tornando as/os mais criativos, questionadores e construtores de seu próprio conhecimento.

Um livro didático que esteja atento ao dinamismo social vivenciado pelas/pelos alunas/alunos e proponha alternativas factíveis a todos, torna-se um poderoso instrumento de transformação social, combate ao preconceito e divulgador de uma educação antirracista. O livro não deve ser protagonista da sala de aula, nem servir a interesses hegemônicos, mas precisa ser problematizado sempre.

Além disso, é importante refletir a relação do currículo escolar com os materiais didáticos, de modo a (des)construí-los, superando preconceitos históricos sobre os negros. Ao enriquecer a temática antirracista na escola, os valores serão ressignificados e terão grande impacto na sociedade atual, que urge por transformações positivas.

É preciso (re)pensar a educação para romper com os padrões impostos ao longo da história do Brasil em detrimento do real contexto social do nosso país. Assim, o livro didático deve ser formulado com atenção, de forma a extinguir os preconceitos e se configurando como um elemento que reflete os valores cidadãos. É emergente que se transforme a educação brasileira, valorizando culturas e problematizando assuntos vistos como tabus, dentre esses assuntos destaca-se a cultura afro-brasileira e o combate ao preconceito racial. ■

Nota

Link para acessar o livro didático que inspirou essa discussão:

<https://www.leonardoportal.com/p/livros-pdf-lingua-portuguesa.html>

Referências

- BICHARA, Taissa Cordeiro. O irreconciliável nos editais do PNLD: eurocentrismo, cidadania e ensino de História. *Revista Escritos do Tempo*- v.2, n. 6, out-dez/ 2020. DOI: 10.47694
- BRANDÃO, Ana Paula Brandão, TRINDADE, Azoilda Loretto da. *Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens*, 6. 9 ed. reformulada- São Paulo: Saraiva, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.
- JORGE, Marcos. Ação pedagógica de prevenção às práticas racistas na escola: a percepção sobre racismo entre estudantes do sexto ano do ensino fundamental. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, v. 12, n.3, 2016.
- MUNANGA, Kabengele. Apresentação. MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/ 2012.
- OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*. V. 22 n. 68 jan.-mar. 2017.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. *O racismo no cotidiano escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação)- FGV-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.
- XAVIER, Farliany Ribeiro, TOLEDO, Stefani Moreira Aquino e CARDOSO, Zilmar Santos. Programa Nacional do Livro e do Material didático (PNLD): caminhos percorridos. *Educação em Debate*, Fortaleza, ano 42, nº 82, maio/ago. 2020.